

REGULAMENTO 001/LP/15

Regulamento Geral

Zonas de Estacionamento de Duração Limitada

Preâmbulo

Considerando que o aumento continuado do parque automóvel e da procura de estacionamento têm vindo a dificultar o ordenamento do trânsito, dada a impossibilidade real de oferta de lugares que satisfaça as necessidades e corresponda à procura.

Considerando que a existência de normas adequadas às situações do quotidiano irá permitir uma maior concretização do bem-estar das populações, sua mobilidade e, por conseguinte, sua qualidade de vida.

Considerando as atribuições dos Municípios no domínio do ordenamento do território, em especial de regulação do trânsito e estacionamento nas áreas da sua jurisdição.

Considerando que o sistema de estacionamento de duração limitada é fator determinante para prosseguir aquelas atribuições e promover a mobilidade e acessibilidade sustentável de pessoas e bens no espaço da cidade e áreas urbanas.

Considerando que compete à Câmara Municipal deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos.

Considerando que as competências de promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano no concelho de Loures foram delegadas pela Câmara Municipal na Loures Parque - Empresa Municipal de Estacionamento, E.M., constituída nos termos do regime jurídico da atividade empresarial local.

Considerando que a constante evolução legislativa e o acumular de experiência na atividade de gestão e fiscalização do estacionamento pela Loures Parque, E.M., impõe uma permanente adequação dos regulamentos às situações concretas, por forma a melhor concretizar os objetivos que se visam atingir.

Considerando que para tanto se verifica a necessidade de alterar e ajustar os normativos que disciplinam o estacionamento de duração limitada no concelho de Loures, em especial a adequação à legislação em vigor e a inclusão da isenção de veículos conduzidos por pessoas portadoras de deficiência detentoras do respetivo cartão emitido por entidade legalmente competente para o efeito

Assim, nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e no âmbito das competências conferidas pelo artigo 3.º e alínea c) do n.º 1 artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro, bem como pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas k) e rr) do n.º 1 do artigo 33.º, todas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro; em conjugação com o estipulado na alínea a) do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 4.º, alíneas d) do n.º 1 e c) do n.º 3 do artigo 5.º, todos do Decreto-Lei n.º 44/05, de 23 de fevereiro, artigos 70.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, com a última redação dada pela Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro e retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2013, de 1 de novembro, artigo 2.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril e artigo 27.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de

agosto é elaborado e aprovado o presente regulamento geral de estacionamento das zonas de estacionamento de duração limitada.

Foi dispensada a apreciação pública do regulamento a que se refere o n.º 1 do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, com fundamento no facto de não se encontrar publicado o quadro legal próprio que enforma a audição dos interessados, aludido no n.º 1 do Artigo 117.º daquele Código.

REGULAMENTO 001/LP/15

Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente regulamento é elaborado e aprovado ao abrigo das competências conferidas pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas k) e rr) do n.º 1 do artigo 33.º, todas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro, em conjugação com o estipulado na alínea a) do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 4.º, alíneas d) do n.º 1 e c) do n.º 3 do artigo 5.º, todos do Decreto-Lei n.º 44/05, de 23 de fevereiro, artigos 70.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, com a última redação dada pela Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro e retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2013, de 1 de novembro, artigo 2.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril e artigo 27.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1. O presente regulamento aplica-se ao estacionamento na via pública de todas as áreas ou eixos viários das zonas de estacionamento de duração limitada no concelho de Loures, seguidamente denominados por zonas ou parques, para as quais seja aprovado pela Câmara Municipal de Loures o regime de estacionamento de duração limitada, nos termos do artigo 70.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio na última redação dada pela Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro e artigo 2.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril.
2. O presente regulamento aplica-se ainda, com as devidas adaptações, ao estacionamento das zonas ou parques privados no concelho de Loures que a Loures

Parque, E.M. seja autorizada a explorar e gerir através de protocolo a celebrar com as respetivas entidades.

Artigo 3.º

Normas aplicáveis

Sem prejuízo da aplicação do Código da Estrada e demais legislação complementar, o estacionamento na via pública nas zonas ou parques de estacionamento de duração limitada no concelho de Loures rege-se pelo presente regulamento.

Artigo 4.º

Classes de veículos

Podem estacionar nas zonas ou parques de estacionamento de duração limitada:

- a) Os veículos automóveis ligeiros e quadriciclos, com exceção das autocaravanas, veículos agrícolas, reboques e veículos únicos;
- b) Os motociclos, ciclomotores, velocípedes e triciclos, nas áreas que lhes sejam reservadas mediante sinalização;
- c) Demais veículos, conforme sinalização existente.

Artigo 5.º

Das condições do estacionamento

1. O estacionamento de veículos nas zonas de estacionamento de duração limitada ficará sujeito a um período de tempo máximo de permanência e ao pagamento de uma tarifa de acordo com as condições fixadas no presente regulamento e nos regulamentos específicos de cada zona.
2. O estacionamento de veículos deverá ser efetuado nos termos do Código da Estrada e demais legislação complementar, bem como da forma indicada na sinalização vertical e horizontal existente na respetiva zona de estacionamento.

Artigo 6.º

Zonas de estacionamento de duração limitada

1. Compete à Câmara Municipal de Loures, sob proposta da Loures Parque, E.M., aprovar os regulamentos específicos de cada zona de estacionamento de duração limitada e respetiva tabela de tarifas e preços que considere mais adequada aos objetivos específicos a prosseguir.
2. A Loures Parque E.M. poderá aprovar a venda de cartões e ou autorizações de estacionamento que ofereçam um crédito de estacionamento com desconto ao utilizador tendo em conta o valor aplicado na tabela de tarifas e preços do regulamento específico da zona de estacionamento.

3. A delimitação de cada uma das zonas de estacionamento de duração limitada constará dos respetivos regulamentos específicos.

4. Nos regulamentos específicos das zonas de estacionamento de duração limitada podem estar inseridos arruamentos que pelas suas condições não sejam sujeitos ao estacionamento limitado no tempo ou ao pagamento de tarifa.

Artigo 7.º

Zonas Especiais de Estacionamento

1. Poderão ser estabelecidas zonas especiais de estacionamento com características de exploração diferenciadas, de acordo com objetivos específicos como tal considerados e aprovados pela Câmara Municipal de Loures.

2. De entre estas, podem ser criadas, junto dos edifícios de serviços públicos ou áreas predominantemente comerciais, zonas específicas de estacionamento para as quais não serão emitidos dísticos de residentes.

3. Podem ainda ser reservadas zonas ou parte destas ao estacionamento exclusivo de veículos detentores de dísticos de residente.

4. Pode a Loures Parque, E.M. criar subzonas dentro das zonas aprovadas destinadas ao estacionamento de viaturas detentoras de autorizações de estacionamento.

Artigo 8.º

Reserva de bolsa de estacionamento

1. Mediante parecer favorável da Câmara Municipal de Loures justificando a sua necessidade, podem ser reservadas na via pública bolsas de estacionamento nas zonas de estacionamento de duração limitada destinadas às seguintes entidades:

a) Câmara Municipal de Loures e serviços municipalizados;

b) Loures Parque, E.M.;

c) Juntas de Freguesia;

d) Entidades públicas com necessidade de reserva de lugar se não dispuserem de estacionamento privado, no máximo de dois lugares;

2. Podem ainda ser reservadas bolsas de estacionamento para entidades privadas que legalmente sejam obrigadas a dispor de estacionamento privativo.

3. Deverá a Loures Parque, E.M., nos termos legais, reservar na via pública, nas zonas de estacionamento de duração limitada, lugares para veículos conduzidos por pessoas portadoras de deficiência, identificados com o respetivo cartão emitido por entidade competente para o efeito, bem como por grávidas e acompanhantes de crianças de colo.

4. Fica autorizada a Loures Parque, E.M. a reservar na via pública, nas zonas de estacionamento de duração limitada, lugares para postos de carregamento de veículos elétricos, conforme indicação da Câmara Municipal de Loures.

5. A reserva de bolsas de estacionamento não terá qualquer custo, exceto nos casos previstos no n.º 2 que será fixado por deliberação da Loures Parque, E.M..

Artigo 9.º

Estacionamento para cargas e descargas

1. O estacionamento destinado a operações de cargas e descargas fica sujeito ao horário fixado pela Câmara Municipal de Loures.

2. Fora do horário definido, e nos termos do artigo 5.º, os lugares das bolsas de cargas e descargas funcionam de acordo com o regime de estacionamento da respetiva zona.

3. As bolsas destinadas ao estacionamento de veículos para operações de cargas e descargas ficam condicionadas a um limite temporal máximo de trinta minutos para cada operação de carga e descarga.

Artigo 10.º

Preços, Tarifas e Taxas

1. Compete à Câmara Municipal de Loures, sob proposta da Loures Parque, E.M., aprovar as tabelas de preços, tarifas e taxas aplicáveis ao estacionamento na via pública e que devam constar dos respetivos regulamentos específicos de estacionamento.

2. As tabelas de preços, tarifas e taxas são fixadas líquidas de IVA.

3. Após o apuramento do IVA, as tabelas de preços e tarifas podem ser objeto de arredondamento para a unidade mais próxima múltipla de cinco.

Artigo 11.º

Pagamento do preço, tarifa e taxa de estacionamento

1. O pagamento do preço, tarifa e taxa de estacionamento nas zonas de estacionamento de duração limitada deverá realizar-se através de equipamentos destinados a esse fim, obtendo-se o respetivo talão de estacionamento.

2. Pode ser autorizado pela Loures Parque, E.M. o uso de cartões que concedam crédito de estacionamento ou de outros meios tecnológicos de pagamento do estacionamento.

3. Se por qualquer motivo o equipamento destinado ao pagamento não estiver operacional o utente deverá dirigir-se ao equipamento mais próximo a fim de obter o talão de estacionamento ou usar outro meio alternativo de pagamento.

Artigo 12º

Da gestão das zonas de estacionamento

1. A gestão das zonas de estacionamento de duração limitada constantes dos regulamentos específicos compete à Loures Parque, E.M..
2. Faz parte da gestão das zonas de estacionamento de duração limitada a implementação de bolsas de estacionamento, a colocação de sinalização vertical e horizontal, a delimitação através das marcas rodoviárias necessárias de acordo com a legislação própria aplicável, bem como a fiscalização do estacionamento.

Artigo 13.º

Estacionamento e responsabilidade

O Município de Loures e a Loures Parque, E.M. não são responsáveis por eventuais danos, furtos, perdas, deteriorações dos veículos que se encontrem estacionados nas zonas ou parques de estacionamento de duração limitada ou dos bens que se encontrem no interior dos mesmos.

CAPÍTULO II

DAS ISENÇÕES

Artigo 14.º

Isenção do pagamento da tarifa de estacionamento

1. Estão isentos do pagamento da tarifa de estacionamento:
 - a) Os veículos detentores de dístico de residente nos termos do presente regulamento e respetivos regulamentos específicos das zonas de estacionamento de duração limitada;
 - b) Os veículos em missão urgente de socorro ou de polícia, quando em serviço;
 - c) Os veículos devidamente autorizados pela Loures Parque, E.M.;
 - d) Os veículos da frota da Câmara Municipal de Loures devidamente identificados;
 - e) Os veículos da frota das juntas de freguesia devidamente identificados;
 - f) Os veículos dos membros do executivo das juntas de freguesia, na freguesia onde exercem o mandato;
 - g) Os veículos da frota da Loures Parque, E.M. devidamente identificados;
 - h) Os veículos conduzidos por pessoas portadoras de deficiência, detentoras do respetivo cartão emitido por entidade legalmente competente para o efeito;
 - i) Os motociclos, ciclomotores, velocípedes e triciclos, nas áreas que lhes sejam reservadas mediante sinalização;

j) Os veículos eléctricos.

2. As isenções previstas na alínea f) do número anterior são concedidas para uma única matrícula a indicar pelo interessado.

3. Podem ainda ficar isentos do pagamento das tarifas e preços para determinada zona de estacionamento de duração limitada, os veículos pertencentes a pessoas coletivas sem fins lucrativos, que prestem um serviço público ou de interesse coletivo para a comunidade, desde que tal facto seja reconhecido pela Loures Parque, E.M..

4. A isenção prevista no número anterior carece da prévia apresentação de requerimento próprio e implica a emissão da respetiva autorização de estacionamento e dístico.

CAPÍTULO III

DO TÍTULO

SECÇÃO I

TÍTULO DE ESTACIONAMENTO

Artigo 15.º

Aquisição e validade

1. O estacionamento de veículos que não estejam isentos do pagamento de tarifa só poderá ocorrer nas zonas ou parques de estacionamento de duração limitada mediante obtenção de título de estacionamento válido para a respetiva zona.

2. São considerados títulos de estacionamento válido:

a) Talão de estacionamento;

b) Cartão pré-comprado;

c) Dístico de residente;

d) Dístico de autorização de estacionamento;

e) Pagamento efetuado mediante meio eletrónico próprio disponibilizado para o efeito;

f) Cartão ou dístico de estacionamento emitido por entidade legalmente reconhecida.

3. O talão de estacionamento deve ser obtido nos equipamentos destinados a esse efeito e colocado no interior do veículo, junto do para-brisas de forma visível e legível do exterior, sob pena de se considerar o não pagamento do estacionamento.

4. No caso de utilização de cartão pré-comprado o utente deverá assinalar devidamente a data e hora do início do estacionamento e colocá-lo da forma estabelecida no número anterior, sob pena de se considerar o não pagamento do estacionamento.

5. Os detentores de dístico de residente ou de autorização de estacionamento só poderão estacionar nas zonas previstas nos regulamentos específicos e assinaladas no respetivo dístico, devendo aquele ser colocado de forma visível e legível do exterior, nomeadamente junto do para-brisas, sob pena do estacionamento se considerar indevido ou abusivo.
6. Findo o período de tempo para o qual é válido o título de estacionamento o utilizador deverá retirar o veículo do espaço ocupado ou obter outro título de estacionamento, desde que não ultrapasse o limite de tempo máximo permitido no respetivo regulamento específico de estacionamento.
7. Os títulos de estacionamento obtidos nos termos dos números anteriores são individuais, intransmissíveis e são válidos somente para a viatura para a qual foi adquirido e apostado na mesma.
8. No título de estacionamento poderá ficar impressa a matrícula da viatura a estacionar.

Artigo 16.º

Pagamento pela ocupação indevida de bolsa de estacionamento

Sem prejuízo da aplicação do Código da Estrada e demais legislação complementar, nomeadamente quanto a levantamento de auto de contraordenação, bloqueamento e remoção de veículo, quando o título de estacionamento válido não seja colocado no veículo em local visível e legível do exterior, presumindo-se o não pagamento da taxa, poderá ser regularizada a situação efetuando-se o pagamento em falta pelo valor correspondente ao tempo máximo permitido estacionar na referida zona de estacionamento, mediante aviso a emitir pela Loures Parque, E.M. e no prazo e termos dele constante.

SECÇÃO II

DO DÍSTICO DE RESIDENTE

Artigo 17.º

Dístico de Residente

1. Serão atribuídos, em cada zona de estacionamento de duração limitada, com exceção das zonas específicas referidas no artigo 7.º, distintivos especiais designados por dístico de residente, que titulam a possibilidade de estacionar em qualquer lugar da respetiva zona, sem limite de tempo e sem pagamento da tarifa de estacionamento, desde que nos locais destinados ao efeito.
2. O dístico de residente é propriedade da Loures Parque, EM, e deve ser colocado no para-brisas com o rosto para o exterior de modo a serem visíveis as menções nele constante, sob pena de se considerar a viatura não isenta do pagamento das tarifas e como tal o estacionamento indevido ou abusivo.

Artigo 18º

Características do dístico de residente

Deverão constar do dístico de residente:

- a) A zona de estacionamento a que se refere;
- b) O prazo de validade;
- c) A matrícula do veículo;
- d) O código de barras.

Artigo 19.º

Atribuição do dístico de residente

1. Poderão requerer que lhes seja atribuído dístico de residente as pessoas singulares desde que o fogo onde têm domicílio principal e permanente e onde mantêm estabilizado o seu centro de vida familiar:

- a) Seja utilizado para fins habitacionais; e
- b) Se localize dentro da zona de estacionamento de duração limitada.

2. As pessoas singulares referidas no número anterior devem ser ainda:

- a) Proprietárias do veículo para o qual solicitam dístico; ou
- b) Adquirentes com reserva de propriedade do quanto ao veículo para o qual solicitam dístico; ou
- c) Locatárias em regime de locação financeira ou aluguer de longa duração do veículo para o qual solicitam dístico; ou
- d) Usufrutuárias do veículo para o qual solicitam dístico, desde que o mesmo esteja associado ao exercício de atividade profissional com vínculo laboral.

3. No caso previsto na alínea d) do número anterior, só haverá lugar à atribuição de dístico de residente se o veículo se encontrar nas condições das alíneas a), b) ou c) do mesmo número relativamente à entidade empregadora.

4. Podem ainda requerer a atribuição de dístico de residente as pessoas singulares que residam provisoriamente em fogo localizado em zona de estacionamento de duração limitada, desde que no mesmo mantenham o seu centro de vida familiar e o utilizem para fins habitacionais e preencham uma das situações referidas no n.º 2.

Artigo 20.º

Limite de dísticos de residente

1. Cada residente só pode obter no máximo três dísticos de residente.
2. Sem prejuízo do limite previsto no número anterior, por cada residente só será atribuído um dístico para veículos nas condições previstas nas alíneas d) do n.º 2 e n.º 3 do artigo anterior.

Artigo 21.º

Validade e custo do dístico de residente

1. A validade do dístico de residente é de 1 (um) ano.
2. O dístico de residente terá o seguinte custo:
 - a) Para a primeira viatura: €2,00 (dois euros);
 - b) Para a segunda viatura: €6,00 (seis euros);
 - c) Para a terceira viatura €15,00 (quinze euros);
3. A segunda via do dístico de residente dentro do prazo de validade terá um custo de €2,00 (dois euros).

Artigo 22.º

Documentos necessários à obtenção do dístico de residente

1. O pedido de emissão do dístico de residente far-se-á através da apresentação de requerimento próprio, devendo os interessados exhibir, para conferência, os originais dos seguintes documentos:
 - a) Documento legalmente comprovativo da residência;
 - b) Documento único do veículo para o qual se solicita o dístico ou equivalente;
 - c) Documento comprovativo das situações previstas nas alíneas b), c) ou d) do n.º 2 do artigo 19.º quando aplicável.
2. Os documentos apresentados deverão estar atualizados e podem ser substituídos por quaisquer documentos legais de igual fé pública.
3. Sob pena de ser cancelado ou não atribuído, durante a vigência do dístico de residente as viaturas devem possuir seguro automóvel e, quando aplicável, selo de inspeção válidos, podendo ser solicitada a apresentação dos respetivos documentos comprovativos.

Artigo 23º

Devolução e anulação do dístico de residente

1. O dístico de residente deve ser imediatamente devolvido sempre que se alterem os pressupostos sobre os quais assentou a decisão da sua emissão, sob pena do seu

titular ser responsável pelo uso indevido do mesmo ou esgotar total ou parcialmente a atribuição de dísticos.

2. O dístico de residente é sujeito a cancelamento por parte da Loures Parque, E.M. sempre que as condições de atribuição sejam alteradas e já não se verifique o preenchimento dos pressupostos para a sua emissão.

3. Do cancelamento aludido no número anterior, é notificado o seu titular para a devolução do dístico, sob pena, se não o fizer, ser responsável pelo uso indevido do mesmo.

Artigo 24.º

Roubo, furto, extravio e substituição do dístico de residente

1. Em caso de roubo, furto ou extravio do dístico de residente, deverá o seu titular comunicar de imediato esse facto à Loures Parque, E.M., sob pena de responder pelos prejuízos resultantes da sua utilização indevida.

2. Nos casos referidos no número anterior a substituição do dístico de residente será efetuada de acordo com o preceituado para a emissão de segunda via e pelo prazo restante que estava atribuído.

3. A substituição do dístico de residente por motivo de substituição temporária da viatura à qual está afeto tem um custo de uma segunda via, e está sujeita à apresentação pelo interessado, em tempo útil, de requerimento próprio e prova da inutilização temporária da viatura a substituir, devendo ser entregue o dístico a substituir.

4. Só haverá substituição de dístico de residente por inutilização temporária da viatura nos casos previstos do número anterior se o período de tempo de inutilização for igual ou superior a quarenta e oito horas.

5. Para substituição do dístico de residente, dentro da sua validade, por mudança de veículo, é necessário apresentar, consoante os casos, os documentos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 22.º, havendo lugar ao pagamento de um custo de €2,00 (dois euros).

Artigo 25.º

Revalidação do dístico de residente

1. A revalidação do dístico de residente é feita a requerimento do seu titular, previamente ao fim da sua validade.

2. Para a revalidação do dístico de residente deverão ser apresentados os documentos aludidos no artigo 22.º.

SECÇÃO III

AUTORIZAÇÕES DE ESTACIONAMENTO

Artigo 26.º

Atribuição de autorizações de estacionamento

1. Podem requerer autorizações de estacionamento, através da apresentação de requerimento próprio, as pessoas singulares ou coletivas para as zonas e subzonas de estacionamento de duração limitada, desde que exerçam uma atividade ou tenham sede ou estabelecimento na respetiva zona de estacionamento.
2. As pessoas referidas no número anterior deverão ainda demonstrar que são proprietárias, adquirentes com reserva de propriedade, locatárias ou usufrutuárias do veículo para o qual se requer a respetiva autorização de estacionamento.
3. As autorizações de estacionamento são emitidas por matrícula e intransmissíveis para outra viatura diferente daquela para a qual foi concedida.
4. Deverão constar do dístico de autorização de estacionamento os seguintes elementos:
 - a) A zona de estacionamento;
 - b) O prazo de validade;
 - c) A matrícula do veículo;
 - d) O Código de barras.
5. As autorizações de estacionamento devem ser colocadas no interior do veículo, no para-brisas, de forma visível e legível do exterior, sob pena de se considerar o estacionamento indevido ou abusivo.

Artigo 27.º

Validade e preço das autorizações de estacionamento

1. As autorizações de estacionamento podem ter uma validade semanal, mensal, trimestral, semestral ou anual, competindo à Loures Parque, E.M. estabelecer para cada uma a respetiva modalidade de frequência de pagamento.
2. O preço das autorizações de estacionamento na modalidade mensal deverá constar dos respetivos regulamentos específicos de estacionamento.
3. O preço das autorizações de estacionamento para as restantes modalidades será fixado pela Loures Parque, E.M., tendo em conta a tabela de taxas a aplicar ao estacionamento na respetiva zona, o custo previsto no respetivo regulamento específico para a autorização mensal e os condicionantes ao estacionamento de rotatividade.
4. A emissão de uma segunda via, seja por extravio, furto ou roubo, dentro da validade da autorização de estacionamento, tem um custo de €2,00 (dois euros).

5. A substituição do dístico de autorização de estacionamento por motivo de substituição temporária da viatura tem um custo de uma segunda via, e está sujeita a apresentação pelo interessado, em tempo útil, de requerimento próprio e prova da inutilização temporária da viatura a substituir, devendo ser entregue o dístico a substituir.

6. Só haverá substituição de dístico de autorização de estacionamento por inutilização temporária da viatura nos casos previstos no número anterior se o período de tempo de inutilização for igual ou superior a quarenta e oito horas.

CAPÍTULO IV

SINALIZAÇÃO

Artigo 28.º

Sinalização de zonas ou parques

As entradas e saídas das zonas ou parques de estacionamento de duração limitada serão devidamente sinalizadas nos termos do Código da Estrada, do Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, alterado e aditado, respetivamente, pelos Decretos-Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto e n.º 13/2003, de 26 de junho, e demais legislação complementar.

Artigo 29.º

Sinalização no interior das zonas ou parques

No interior das zonas ou parques, o estacionamento será demarcado com sinalização horizontal e/ou vertical nos termos do Código da Estrada e demais legislação complementar.

CAPÍTULO V

FISCALIZAÇÃO

Artigo 30.º

Agentes de Fiscalização

Sem prejuízo da competência atribuída a outras entidades, a fiscalização do cumprimento das disposições do presente regulamento será exercida pela Loures Parque E.M. e seus agentes de fiscalização devidamente credenciados e identificados, nos termos previstos nas alíneas d) do n.º 1 e c) do n.º 3, ambas do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 44/05, de 23 de fevereiro, no Decreto-Lei n.º 327/98, de 2 de novembro, alterado pela Lei n.º 99/99, de 26 de julho, no Código da Estrada e demais legislação complementar, bem como nos Estatutos da Loures Parque E.M., aprovados na 1.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 27 de fevereiro de 2013

e publicados na edição especial do Boletim Municipal de Deliberações e Despachos n.º 1, de 28 de fevereiro.

Artigo 31.º

Atribuições

Nas zonas e parques de estacionamento de duração limitada compete especialmente à Loures Parque, E.M. e seus agentes de fiscalização:

- a) Esclarecer os utilizadores sobre as normas estabelecidas no presente regulamento e respetivos regulamentos específicos de estacionamento ou noutros normativos legais aplicáveis, bem como do funcionamento dos equipamentos instalados;
- b) Promover pelo correto estacionamento;
- c) Zelar pelo cumprimento do presente regulamento e dos regulamentos específicos de estacionamento em vigor em cada zona ou parque;
- d) Participar às diversas autoridades administrativas ou outras entidades as situações de incumprimento do Código da Estrada e demais legislação complementar;
- e) Desencadear as ações necessárias à eventual imobilização, bloqueamento ou remoção dos veículos em infração, considerados indevida ou abusivamente estacionados, nos termos do Código da Estrada e demais legislação complementar;
- f) Levantar auto de notícia, nos termos do disposto no artigo 170.º do Código da Estrada;
- g) Proceder às notificações previstas no art.º 176.º do Código da Estrada;
- h) Levantar autos de notícia por violação das regras insertas no presente regulamento;
- i) Cumprir e fazer cumprir o Código da Estrada e demais legislação complementar e cobrar as respetivas coimas e taxas;
- j) Emitir os avisos por falta de pagamento da tarifa de estacionamento, nos termos do previsto no artigo 16.º do presente regulamento.

CAPÍTULO VI

INFRAÇÕES

Artigo 32.º

Estacionamento proibido

É proibido o estacionamento:

- a) De veículos de classe ou tipo diferente daquele para o qual o espaço tenha sido exclusivamente afetado;

- b) Por tempo superior ao permitido no regulamento específico de estacionamento do parque ou zona;
- c) De veículo que não exibir título de estacionamento válido para a respetiva zona ou parque ou que não tenha utilizado os meios eletrónicos autorizados para obtenção de título de estacionamento válido, nos termos do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 15.º do presente regulamento;
- d) De veículos destinados à venda de quaisquer artigos ou a publicidade de qualquer natureza;
- e) De veículos utilizados para transportes públicos, fora dos espaços reservados para o efeito;
- f) De veículos estacionados fora das bolsas de estacionamento;
- g) Dos demais veículos nas situações previstas no Código da Estrada e demais legislação complementar.

Artigo 33.º

Estacionamento indevido ou abusivo

1. Considera-se estacionamento indevido ou abusivo, o de veículos nas condições previstas no disposto nos artigos 163.º e 164.º do Código da Estrada.
2. As despesas e taxas decorrentes do bloqueamento, remoção e depósito dos veículos em caso de estacionamento indevido ou abusivo são da responsabilidade do titular do documento de identificação do veículo nos termos da legislação em vigor.
3. Os veículos bloqueados ou removidos são entregues aos titulares do documento de identificação do veículo ou equivalente ou a quem comprovar o seu uso legítimo.
4. As despesas aludidas no n.º 2 são pagas obrigatoriamente no ato de entrega ou levantamento do veículo.
5. A Loures Parque, E.M. não é responsável por quaisquer danos que ocorram no bloqueamento, remoção e depósito de veículos estacionados abusiva ou indevidamente, exceto quando aqueles resultem da ação direta desta entidade e forem praticados com dolo ou negligência.

CAPÍTULO VII

SANÇÕES

Artigo 34.º

Regime aplicável

1. Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal que ao caso couber, bem como do estipulado no Código da Estrada ou demais legislação complementar, as infrações ao disposto no presente regulamento são sancionadas nos termos do mesmo.

2. Os avisos de regularização previstos no artigo 16.º do presente regulamento são liquidados nos termos constantes dos mesmos.

Artigo 35.º

Coimas e taxas

As coimas e taxas a aplicar pelo não cumprimento do presente regulamento são aquelas que resultem do legal e especialmente previsto para o caso.

CAPÍTULO VIII

OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA

Artigo 36.º

Ocupação de bolsas de estacionamento

1. A licença para ocupação de via pública para o exercício de quaisquer atividades que impliquem a ocupação ou interdição da zona ou parque de estacionamento de duração limitada, total ou parcialmente, e/ou das respetivas bolsas de estacionamento, nomeadamente para intervenções no subsolo, tapumes, andaimes e depósito de materiais, é concedida pela Câmara Municipal de Loures ou por entidade a quem esta tenha delegado tal competência.

2. Sem prejuízo do referido no número anterior, é competência da Loures Parque, E.M. autorizar a ocupação, a título temporário, das bolsas de estacionamento nas zonas ou parques de estacionamento de duração limitada, para fins diversos do estacionamento, bem como receber as respetivas taxas.

3. Por quaisquer danos ou prejuízos resultantes da ocupação das bolsas de estacionamento nos termos do n.º 1 e 2 do presente artigo é devido o pagamento à Loures Parque, E.M. de uma quantia, a título de compensação, de valor a calcular nos termos do artigo 38.º do presente regulamento.

4. Nos casos em que a ocupação total ou parcial da zona ou parque de estacionamento e/ou bolsas de estacionamento de duração limitada provocar danos na sinalização vertical, horizontal ou marcas rodoviárias, bem como no tapete asfáltico ou de calçada, é obrigatória a sua reparação pelo requerente da ocupação.

Artigo 37.º

Requerimento

O interessado na ocupação de bolsas de estacionamento para fins diversos deverá expressamente solicitar autorização à Loures Parque, E.M. mediante apresentação de requerimento próprio, bem como proceder à liquidação das respetivas taxas.

Artigo 38.º

Taxa de ocupação de bolsas

Pela ocupação de bolsas de estacionamento nas zonas ou parques de estacionamento de duração limitada para fins diversos do estacionamento, é devido à Loures Parque E.M. o pagamento de uma taxa, calculada pela seguinte fórmula:

Taxa de ocupação = taxa diária x número de bolsas x número de dias.

Taxa diária = (Taxa de 4 horas da tabela da zona x 2) x fator de rotatividade 1,90.

Artigo 39.º

Coima por violação das normas deste capítulo

As coimas aplicáveis às contraordenações verificadas por violação das normas do presente capítulo são as fixadas no artigo 17.º do regime do Ilícito de Mera Ordenação Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a última redação dada pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro e alterações que posteriormente venham a ser introduzidas por outros diplomas legais.

CAPÍTULO IX

DESMANTELAMENTO DE VIATURAS

Artigo 40.º

Desmantelamento de veículos

1. Os veículos, abusiva ou indevidamente estacionados nos termos do Código da Estrada e demais legislação complementar, que sejam removidos das zonas ou parques de estacionamento de duração limitada, e que, após as devidas notificações, não sejam reclamados e levantados nos prazos legalmente estabelecidos, podem ser considerados abandonados e adquiridos por ocupação pelo Município de Loures, bem como objeto de desmantelamento.

2. Cabe à Loures Parque, E.M. a gestão das remoções de veículos bem como o produto do desmantelamento dos mesmos nas condições referidas no número anterior.

Artigo 41.º

Veículos em fim de vida

Os titulares de veículos estacionados em zona ou parque de estacionamento de duração limitada ou que sejam removidos nos termos do artigo anterior, quando se encontrem em fim de vida ou quando nisso haja interesse particular, podem solicitar à Loures Parque, E.M., através da apresentação de requerimento próprio, a sua entrega

e desmantelamento nos termos legais, ficando isentos do pagamento das taxas devidas.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 42.º

Regulamentos Específicos

Cada zona ou parque de estacionamento de duração limitada é regido por um regulamento específico a aprovar pela Câmara Municipal de Loures, à exceção das zonas ou parques privados em que exista autorização de exploração por parte da Loures Parque, E.M., mediante protocolo estabelecido com o respetivo proprietário.

Artigo 43.º

Formulários

Os formulários para ocupação das bolsas de estacionamento e desmantelamento de veículos a que dizem respeito os artigos 37.º e 41.º são, respetivamente, os constantes nos anexos I e II a este regulamento, e que dele fazem parte integrante.

Artigo 44.º

Norma revogatória e transitória

1. São revogadas todas as normas constantes no Regulamento n.º 001-6/LP/13.
2. As referências ao Código da Estrada e demais legislação utilizadas no presente regulamento terão a devida correspondência conforme as sucessivas alterações que venham a ser introduzidas nos respetivos diplomas legais.

Artigo 45.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no prazo de 30 dias após a sua publicação no Loures Municipal – Boletim de Deliberações e Despachos.